

ANAIS FACTUS H

Publicação do Curso de História da UEG - Cora Coralina

História Contemporânea I

Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva

v. 1, n. 2, jul. 2024



Câmpus
Cora Coralina



Universidade
Estadual de Goiás



GOVERNADOR
Ronaldo Ramos Caiado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - REITOR
Prof. Ms. Antônio Cruvinel Borges Neto

COORDENADORA DO CÂMPUS CORA CORALINA
Profa. Dra. Déborah Magalhães de Barros

COORDENADORA PEDAGÓGICA
Profa. Ma. Dominga Correia Pedroso Moraes

COORDENADOR SETORIAL DO CURSO DE HISTÓRIA
Prof. Dr. Paulo Sérgio Cantanheide Ferreira

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Cristina Helou Gomide (UFG-FE)
Prof. Dr. Lucas Pires Ribeiro (UEG)
Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
Profa. Dra. Mirian Bianca Amaral Ribeiro (UFG-FE)
Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes (UEG)
Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro (UEG)
Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (UEG)

ORGANIZAÇÃO

Curso de História

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva
Prof. Dr. Lucas Pires Ribeiro
Profa. Ma. Damiana Antônia Coelho

Goiás, dezembro de 2024

EDITORIAL

Nesta segunda edição do **Factus H** será um espaço para o estudo do liberalismo a partir das reflexões do capítulo de René Remond (1999) “*A Idade do Liberalismo*”, publicado no livro “*O século XIX – 1815-1914, p. 15-33*”. O esforço produtivo dos acadêmicos que serão publicados é conteúdo de História Contemporânea I, ofertada pelo Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva.

Nos artigos iremos encontrar um esforço de síntese dos acadêmicos que foram provocados para a produção de um seminário dedicado ao tema do liberalismo e os frutos dos estudos em sala de aula resultaram nos três textos que são assinados pelos alunos(as) da referida disciplina.

Convido-os para refletirmos juntos um pouco a respeito do liberalismo que se cristaliza como sistema econômico e que passou a influenciar as concepções de estado, sociedade, costumes e resiliências que foram se constituindo ao longo do século XIX. Propriedade privada, mundo citadino, proletariado, capitalismo e imperialismo são conteúdos que estão sendo pensados nas escrituras propostas nesta edição. Prontos para uma boa leitura, vamos lá!

A IDEIA DO LIBERALISMO NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE CRÍTICA

HUMBERTO JORGE DA SILVA PONTES (História – 6º. Período)
KAMILA GABRIELLA ALVES CAMARGO (História – 6º. Período)
LUCAS CAUA BATISTA DA CRUZ (História – 6º. Período)

1. Introdução

A ideologia liberal emergiu como uma das forças políticas mais influentes do século XIX, moldando o cenário político e social da Europa e de outras regiões. O liberalismo, que se desenvolveu no período pós-napoleônico, teve papel central na reestruturação do sistema político europeu, contrapondo-se ao absolutismo monárquico. Este estudo tem como objetivo analisar a evolução dessa ideologia, conforme exposta por René Rémond em seu livro *O Século XIX (1815- 1914)*, explorando suas fases de desenvolvimento, sociologia e os impactos que teve nas mudanças políticas e sociais da época.

O liberalismo tornou-se uma resposta ao Antigo Regime, oferecendo uma

alternativa que valorizava a liberdade individual, o constitucionalismo e a economia de mercado. Ao longo do século XIX, sua influência foi além da Europa, moldando políticas e sistemas de governo em várias partes do mundo. A análise aqui proposta busca evidenciar as principais características do liberalismo, sua trajetória histórica e os resultados obtidos, como a implementação de regimes constitucionais e a consolidação do Estado de direito.

A metodologia baseia-se na leitura crítica do capítulo "A Ideia do Liberalismo", complementada por outras referências que enriquecem o debate sobre a importância dessa ideologia para a compreensão das transformações políticas e sociais do século XIX.

2. Desenvolvimento

2.1. A Ideologia Liberal

O liberalismo, no século XIX, fundamentou-se em princípios como a liberdade individual, o Estado de direito, o constitucionalismo e a defesa da propriedade privada. De acordo com John Stuart Mill, "a essência do liberalismo é a autodeterminação; o indivíduo deve ser livre para perseguir seu próprio bem-estar de acordo com suas próprias convicções" (Mill, 1859, p. 14). Essa filosofia, muitas vezes reduzida ao aspecto econômico, abrange uma perspectiva mais ampla, oferecendo respostas para os problemas da vida coletiva e posicionando-se como uma ideologia que se opõe veementemente ao absolutismo. A liberdade civil e política, com ênfase na representação parlamentar, tornou-se um dos pilares da ideologia liberal, que rejeita qualquer forma de poder absoluto, promovendo a separação de poderes como garantia contra o despotismo.

René Rémond aponta que "o liberalismo encontrou sua força na classe média emergente, que via na liberdade econômica e na proteção da propriedade privada a base para o progresso e a ordem social" (Rémond, 1999, p. 35). Além disso, o liberalismo é uma filosofia social individualista que coloca o indivíduo acima da razão de Estado, dos interesses de grupo e das exigências da coletividade. A doutrina valoriza o relativismo da verdade, a tolerância e se opõe aos dogmas impostos pelas igrejas, o que reforça seu caráter anticlerical. Em relação ao poder, a descentralização e a limitação da intervenção econômica e social são elementos centrais, visto que restringir o poder significa proteger o campo de atividade individual.

De acordo com Alexis de Tocqueville, o liberalismo do século XIX foi um movimento que buscava conciliar a busca por liberdade individual com a necessidade de uma governança ordenada e democrática. Ele via essa

ideologia como essencial para o fortalecimento das democracias modernas (Tocqueville, 1835).

O liberalismo também se posiciona como um movimento de emancipação social, que inclui a libertação de todos os membros da família, levando à defesa do feminismo e da igualdade de gênero, com a ideia de que a liberdade econômica e política deve estender-se a todos. Essa visão idealista sustenta que o liberalismo, ao inspirar revoluções e exaltando nobres sentimentos e virtudes entre os europeus, apresenta-se como uma ideologia abrangente que, ao longo do século XIX, transformou-se de uma força revolucionária em uma proposta moderada adaptada ao parlamentarismo e às monarquias constitucionais.

2.2. A Sociologia do Liberalismo

O liberalismo surgiu como uma expressão dos interesses da burguesia, destacando-se pelos condicionamentos sócio-econômicos e pelas decisões orientadas por interesses de classe. Conforme argumenta Rémond, o liberalismo foi a ideologia predominante entre a burguesia, classe média e intelectuais emergentes, que encontraram nele uma forma de expressão política adequada para a busca por maior participação no governo e defesa de uma economia de mercado. Essa filosofia, além de refletir os interesses econômicos e políticos da burguesia, também serviu como um álibi, uma máscara para os interesses dessa classe social.

A burguesia, beneficiária das transformações trazidas pela Revolução, buscava conservar o poder conquistado, opondo-se tanto ao retorno da aristocracia quanto à ascensão das camadas populares. Nesse sentido, o liberalismo consolidava a posição econômica e política da burguesia, promovendo a propriedade privada e a liberdade econômica, e ao mesmo tempo, mantinha a desigualdade social. Segundo Rémond, “o liberalismo, no século XIX, não se limitava à defesa de liberdades civis e políticas, mas também buscava uma reorganização do poder econômico e social em benefício da burguesia” (Rémond, 1999, p. 38).

Embora favorecesse o predomínio burguês, o liberalismo também teve um impacto mais amplo na estrutura social. Ao promover os direitos individuais, ele impulsionou a ascensão da classe média, difundindo a ideia de que todos, independentemente de origem social, tinham direitos iguais. Essa defesa de liberdades civis abriu espaço para a inclusão gradual de outros setores no processo político, ainda que de maneira limitada e com uma desigualdade econômica persistente, provocada pelo acúmulo de capital e pelo consequente conflito de classes.

2.3. As Etapas da Marcha do Liberalismo

O liberalismo do século XIX passou por várias fases. Inicialmente, ele se manifestou como uma força revolucionária, especialmente nas Revoluções de 1830 e 1848, quando buscou derrubar regimes absolutistas e implementar governos constitucionais. A atitude de Carlos X, em 1830, e a promulgação de ordenanças que violavam o pacto de 1814 levaram os liberais a fazer a revolução para derrubar a dinastia. Na França, o ramo mais velho foi destronado e, em seu lugar, sucedeu um regime liberal que revisou a Carta, seguindo-se à Restauração. Os liberais, a partir desse momento, governaram a igual distância da contrarrevolução e da democracia. Em 1848, o liberalismo se ligará, de modo muitas vezes indissociável, à democracia, e as revoluções desse ano presenciarão o sucesso precário e o esmagamento simultâneo do liberalismo e da democracia.

Embora o liberalismo tenha triunfado em Estados como os escandinavos, nos Países Baixos e na Suíça, ele ainda não se aclimatou na península ibérica, onde a conjuntura não lhe era favorável. Com o tempo, no entanto, o desenvolvimento do liberalismo, segundo Rémond, esteve intimamente ligado à formação dos Estados de direito e à implementação de regimes constitucionais. A partir da revolução de 1905, o liberalismo triunfou na Rússia, com o partido constitucional democrata, que representava as ideias liberais que haviam triunfado setenta e cinco anos antes, na França da Monarquia de Julho.

Esses processos não foram lineares, mas marcaram uma progressiva adaptação da ideologia às realidades políticas da época. O parlamentarismo, a ampliação do sufrágio e a consagração de constituições liberais foram resultados diretos dessa evolução. A cronologia traça as etapas da expansão liberal, que inicialmente se desenvolveu em um domínio relativamente restrito — a Europa Ocidental — e, em seguida, se estendeu progressivamente pelo resto da Europa. Assim, quase sempre, o movimento de emancipação colonial foi preparado por uma geração formada na escola do liberalismo ocidental, abrangendo, por meio das ideias europeias, o mundo inteiro.

2.4. Os Resultados do Liberalismo

O impacto do liberalismo foi profundo e duradouro, manifestando-se na consolidação do Estado de direito, na criação de constituições e na ampliação do sufrágio. Esses resultados concretos evidenciam as contribuições dessa ideologia para a democratização e para a expansão dos direitos políticos, especialmente a partir dos séculos XVIII e XIX. No entanto, René Rémond destaca que, apesar dessas conquistas iniciais, o liberalismo foi, em seus primórdios, limitado à burguesia, excluindo em grande parte a classe

trabalhadora e outros grupos sociais das esferas de poder.

Com o tempo, o liberalismo influenciou a democratização, expandindo os direitos políticos para setores mais amplos da sociedade. Os regimes liberais mostram traços comuns, sendo o progresso do liberalismo geralmente medido pela adoção de instituições que definem o regime liberal típico. A existência de uma constituição, que delinea a organização dos poderes e as relações entre eles, é

um dos principais reconhecimentos do liberalismo. A sociedade liberal repousa sobre a igualdade de direitos, onde todos dispõem dos mesmos direitos civis. No entanto, essa igualdade é frequentemente acompanhada por uma desigualdade de fato, já que a sociedade liberal é sustentada essencialmente pelo dinheiro e pela instrução, pilares fundamentais dessa ordem.

O liberalismo também se define por sua oposição ao absolutismo. Independentemente da constituição, todas limitam o exercício do poder real a uma esfera já delimitada, como demonstrado por diversos textos constitucionais do início do século XIX. O gosto pelo bicameralismo é outra característica do liberalismo, pois quanto mais poderes existirem, menor será o risco de que um deles concentre todo o poder. A presença de uma segunda Câmara em um regime democrático é, em geral, um vestígio dessa ideologia.

Adicionalmente, o liberalismo teve implicações significativas para o desenvolvimento de políticas de bem-estar social e para o debate sobre a relação entre liberdade individual e justiça social. Essas questões continuariam a ser discutidas ao longo do século XX, refletindo as complexidades e desafios que a ideologia liberal enfrentou em sua evolução. Com ideias de liberdade, igualdade, direitos individuais, separação de poderes, movimentos sociais e desenvolvimento econômico, o liberalismo moldou o panorama político e social contemporâneo.

3. Considerações Finais

A ideologia liberal desempenhou um papel essencial na transformação política e social do século XIX, com seu impacto sendo observado na consolidação do Estado de direito, na formação de constituições liberais e na gradual democratização das instituições políticas. O liberalismo não apenas desafiou o absolutismo e promoveu a criação de regimes constitucionais, mas também incentivou a ascensão da classe média e a defesa dos direitos individuais. Apesar de suas conquistas significativas, como a ampliação do sufrágio, o liberalismo inicialmente beneficiou principalmente a burguesia, deixando muitos grupos sociais à margem do poder. Essa dinâmica evidenciou

as tensões entre os ideais de igualdade e a realidade da desigualdade, um tema que continuaria a permear o debate político nas décadas seguintes.

Ao refletir criticamente sobre o legado do liberalismo, é possível traçar paralelos com os debates contemporâneos sobre liberdade, democracia e economia de mercado. A evolução do liberalismo ao longo do século XIX, marcada por revoluções e transformações sociais, ilustra um processo não linear, repleto de desafios e adaptações. À medida que a ideologia se expandiu, promovendo a inclusão gradual de diversos setores sociais, também se fortaleceu a discussão sobre a justiça social e a relação entre liberdade individual e bem-estar coletivo. Assim, o liberalismo, embora enraizado em valores de liberdade e igualdade, se deparou com a complexidade da sociedade moderna, refletindo as lutas contínuas por uma verdadeira democratização que abrangesse todos os segmentos da população. Essa dualidade de liberdade e desigualdade permanece relevante para a compreensão das políticas contemporâneas e das lutas sociais que ainda perduram, consolidando o liberalismo como uma das ideologias fundamentais no cenário político global.

Bibliografia

MILL, John Stuart. On Liberty. Londres: Longman, Roberts & Green, 1859.

RÉMOND, René. O Século XIX – 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. São Paulo: Martins Fontes, 1835.

O LIBERALISMO DO SÉCULO XIX: SÍNTESE DO PROCESSO

BEATRIZ CRISTINA LEITE SANTA CRUZ (História – 6º. Período)

JAMILE DE SOUZA NUNES (História – 6º. Período)

VITORIA CUNHA DE SOUZA (História – 6º. Período)

O liberalismo emergiu como uma força transformadora no século XIX, promovendo ideais de liberdade individual, mercado livre, e limitação do poder governamental. Ele foi fundamental para o desenvolvimento de políticas econômicas e sociais que ainda ressoam hoje. A filosofia liberal influenciou revoluções, como a Revolução Francesa, e teve impacto no desenvolvimento da democracia e dos direitos civis. O século XIX foi uma era de intensa mudança e progresso, e o liberalismo estava no centro dessas transformações.

René Remond foi um historiador francês que fez contribuições significativas para a compreensão do liberalismo. Em suas obras, Remond explorou como o liberalismo se desenvolveu como uma ideologia política e econômica, enfatizando a importância da liberdade individual, do mercado livre e da limitação do poder do Estado. Ele argumentou que o liberalismo não foi apenas uma resposta às crises políticas e econômicas do século XVIII e XIX, mas também uma filosofia que buscava equilibrar a liberdade e a ordem social.

A ideologia liberal do século XIX foi um motor de mudanças profundas, sustentada por princípios de liberdade individual, propriedade privada e governo limitado. Ela se opunha ao absolutismo e defendia a separação de poderes, além de promover economias de mercado e direitos civis. O liberalismo foi crucial em moldar a modernidade, influenciando políticas, reformas sociais e até movimentos de independência. Pensadores como John Stuart Mill e Adam Smith foram fundamentais em delinear essas ideias.

A sociologia do liberalismo no século XIX foi marcada por uma série de transformações sociais e econômicas que moldaram a sociedade ocidental. O liberalismo clássico, com suas ideias de liberdade individual, propriedade privada e mercado livre, se tornou a ideologia predominante.

Durante esse período, a Revolução Industrial desempenhou um papel crucial, promovendo a expansão do capitalismo e a urbanização. Isso levou a uma nova estrutura social, onde a classe média emergente ganhou destaque e houve uma valorização crescente do individualismo e da competição econômica. Portanto, além disso, o liberalismo influenciou a política, promovendo a separação de poderes e a democracia representativa.

O desenvolvimento do liberalismo no século XIX pode ser dividido em três fases principais, com destaque para os períodos revolucionários de 1830 e 1848:

Fase Inicial: Liberalismo Clássico e Revolução de 1830

O liberalismo surge no final do século XVIII, com base nos ideais iluministas, influenciado pelas Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789). Os liberais defendiam a liberdade individual, o governo constitucional e o fim do absolutismo. No início do século XIX, essas ideias começaram a se espalhar pela Europa, especialmente em oposição ao sistema conservador imposto pelo Congresso de Viena (1815).

Revolução de 1830: Conhecida como a “Revolução de Julho”, este foi um marco importante na França. A população parisiense derrubou o rei Carlos X, um monarca absolutista, e o substituiu por Luís Filipe, que estabeleceu uma monarquia constitucional. Este evento inspirou movimentos liberais e nacionalistas em outras partes da Europa, como na Bélgica, Polônia e Itália, que buscavam governos representativos e constituições.

Fase de Consolidação: Liberalismo Econômico

Contexto: Durante as décadas de 1830 e 1840, o liberalismo tornou-se mais associado ao desenvolvimento econômico e à defesa do capitalismo de livre mercado. Liberais defendiam a diminuição da interferência do Estado na economia, o que resultou em reformas que promoveram o livre comércio, a propriedade privada e a industrialização. Esse liberalismo econômico ganhou força, especialmente na Grã-Bretanha e na França. Apesar dos avanços, o liberalismo enfrentou tensões sociais crescentes, com o surgimento da classe trabalhadora industrial e a intensificação das desigualdades econômicas. Isso gerou críticas ao liberalismo econômico, especialmente por parte de movimentos socialistas e operários.

Fase Revolucionária: Revoluções de 1848

Conhecidas como a “Primavera dos Povos”, as revoluções de 1848, ocorreram em quase toda a Europa. Foram impulsionadas pela combinação de insatisfação social, econômica e política. Trabalhadores, camponeses e a classe média se uniram para exigir mais liberdades, melhores condições de vida e, em muitos casos, a criação de repúblicas. Na França, a revolução levou à derrubada de Luís Filipe e à proclamação da Segunda República. O movimento tinha forte apoio popular e era impulsionado por demandas por sufrágio universal masculino, reformas sociais e direitos trabalhistas. Movimentos semelhantes ocorreram na Alemanha, Áustria, Itália e Hungria, onde os liberais, muitas vezes aliados nacionalistas, tentaram promover mudanças constitucionais e maior participação política. No entanto, a maioria dessas revoluções foi derrotada ou contida pelas forças conservadoras, e as esperanças de mudanças liberais foram frustradas, resultando em um recuo temporário das ideias liberais.

Fase Pós-Revolucionária: Liberalismo e Estado-Nação

Após 1848, o liberalismo evoluiu, com muitos liberais reconhecendo a necessidade de conciliar as demandas populares com a ordem política. O fim do século XIX viu a ascensão de Estados-nação liberais, como na Itália e Alemanha, com a unificação sob princípios que combinavam nacionalismo e liberalismo. As ideias liberais continuaram a moldar a política europeia, mas de forma mais pragmática, com ênfase em reformas graduais e a construção de estados constitucionais que combinavam liberdades civis e ordem pública. Esses períodos revolucionários, especialmente os de 1830 e 1848, foram fundamentais para o desenvolvimento do liberalismo, ampliando sua base de apoio social e forçando uma adaptação das suas ideias às novas realidades econômicas e sociais da Europa.

O liberalismo evoluiu ao longo dos séculos XVIII e XIX, passando de uma força revolucionária a uma doutrina política moderada, ajustando-se às realidades do poder e às instituições parlamentares. Inicialmente, o

liberalismo nasceu em oposição ao absolutismo monárquico e aos privilégios aristocráticos. Inspirado por filósofos como John Locke e Montesquieu, ele defendia os direitos individuais, o governo representativo e a limitação do poder estatal, elementos presentes nas revoluções americana (1776) e francesa (1789). Nessa fase, o liberalismo era radical ao propor a derrubada de estruturas tradicionais de poder, sendo aliado dos movimentos republicanos e democráticos. No entanto, com o passar do tempo, o liberalismo assumiu uma postura mais moderada e pragmática. Após os excessos do Terror na Revolução Francesa e a instabilidade das guerras napoleônicas, a burguesia liberal começou a buscar formas de consolidar suas conquistas sem romper completamente com as tradições políticas. A aliança com monarquias constitucionais, como no caso do Reino Unido e da França após 1815, permitiu ao liberalismo se adaptar ao parlamentarismo, promovendo reformas graduais em vez de revoluções. Nesse novo contexto, o liberalismo defendia a separação dos poderes, a expansão dos direitos civis e políticos e a garantia de liberdades econômicas, mas sem desafiar diretamente as monarquias, desde que seus poderes fossem limitados por uma constituição. Assim, o liberalismo de um ideal revolucionário transformou-se em uma ideologia que sustentava a ordem política, buscando o equilíbrio entre a liberdade individual e a estabilidade institucional, expressa nas monarquias constitucionais e sistemas parlamentares que marcaram a política europeia do século XIX.

O avanço do liberalismo está intimamente relacionado à formação dos Estados de direito e à implementação de regimes constitucionais. O liberalismo, especialmente a partir dos séculos XVIII e XIX, defendeu a limitação do poder estatal e a proteção dos direitos individuais, conceitos que estão no cerne da ideia de um Estado de direito. Com o Iluminismo e as revoluções liberais (como a Revolução Americana e a Revolução Francesa), houve um questionamento profundo sobre a concentração de poder nas mãos de monarquias absolutistas e sobre a falta de participação dos cidadãos na criação das leis.

A teoria liberal argumentava que o poder deveria ser baseado na soberania popular e limitado por leis fundamentais, o que levou à criação de constituições escritas. Essas constituições não só definem a estrutura do governo, como também garantem direitos civis e políticos, protegendo os cidadãos contra o abuso de poder. O Estado de direito, portanto, surgiu como uma forma de assegurar que todos, inclusive os governantes, estivessem submetidos às leis. A implementação de regimes constitucionais, por sua vez, institucionalizou esses princípios, criando mecanismos de controle e equilíbrio (como a separação dos poderes) e promovendo a igualdade jurídica.

As considerações finais deste estudo sobre o liberalismo no século XIX sintetizam os principais argumentos discutidos e refletem criticamente sobre

o impacto histórico dessa ideologia. O liberalismo, ao longo do século XIX, passou por diversas fases de desenvolvimento, destacando-se especialmente durante os períodos revolucionários de 1830 e 1848. Inicialmente, o liberalismo manifestou-se como uma força revolucionária, desafiando o absolutismo e promovendo a ideia de liberdade individual e direitos civis. Com o tempo, evoluiu para uma política mais moderada, adaptando-se ao parlamentarismo e às monarquias constitucionais, consolidando-se como uma ideologia dominante na Europa ocidental.

O avanço do liberalismo esteve intrinsecamente ligado à formação dos Estados de direito e à implementação de regimes constitucionais. A consolidação do Estado de direito, a implementação de constituições e a ampliação do sufrágio foram resultados concretos dessa ideologia. Inicialmente restrito à burguesia, o liberalismo desempenhou um papel crucial na democratização e na ampliação dos direitos políticos, influenciando significativamente a estrutura política e social da época.

O legado do liberalismo para o século XIX é vasto e complexo. Ele não apenas moldou as bases das democracias modernas, mas também influenciou profundamente as políticas de bem-estar social e a relação entre liberdade e justiça social. A ideologia liberal, ao promover a liberdade individual e os direitos civis, criou um ambiente propício para o desenvolvimento de políticas que buscavam equilibrar a liberdade econômica com a justiça social. Comparando o liberalismo do século XIX com os debates atuais sobre liberdade, democracia e economia de mercado, podemos observar que muitos dos princípios liberais ainda são relevantes e continuam a influenciar as discussões políticas contemporâneas.

No século XX, o liberalismo passou por transformações significativas, adaptando-se às novas realidades econômicas e sociais. A continuidade da transformação do liberalismo ao longo do tempo abre espaço para debates sobre suas limitações e adaptações. O neoliberalismo, por exemplo, surgiu como uma resposta às crises econômicas do século XX, propondo uma maior ênfase na liberdade econômica e na redução da intervenção estatal. No entanto, as críticas ao neoliberalismo também destacam a necessidade de equilibrar a liberdade econômica com a justiça social, um debate que continua a ser relevante nos dias de hoje.

Em suma, o liberalismo do século XIX deixou um legado duradouro que continua a influenciar as políticas e as ideologias contemporâneas. Sua evolução e adaptação ao longo do tempo refletem a complexidade e a dinâmica das sociedades modernas, destacando a importância de um equilíbrio entre liberdade e justiça social.

REFERÊNCIA:

O LIBERALISMO: UM OLHAR ATENTO

DANILO DE LUCCA DA SILVA BASTOS (História – 6º. Período)
LUCAS PAULO DE OLIVEIRA SILVA (História – 6º. Período)

O século XIX foi um período de grandes transformações e acontecimentos. A Europa ainda estava sofrendo as consequências da Revolução Francesa. No entanto, no início da segunda década, Napoleão já havia sido derrotado e alguns movimentos surgiram a partir disso. O primeiro foi de restauração monárquica, pois logo após a derrota Napoleônica, alguns Estados começaram a reestabelecer a monarquia. O movimento, conservador por essência buscava apagar o que aconteceu pós 1789, na revolução.

Nesse contexto, surge o liberalismo, como corrente de pensamento político e econômico. Ele emergiu como uma resposta a essas transformações sociais e políticas que marcaram a Europa pós-Revolução Francesa. O autor René Rémond, em suas análises sobre o desenvolvimento do liberalismo, destaca como essa ideologia buscou promover a liberdade individual, a propriedade privada e a limitação do poder estatal, refletindo o desejo de uma sociedade em busca de autonomia e progresso.

A ideologia liberal

Na visão de René Rémond, a ideologia liberal é compreendida como um conjunto de ideias e princípios que visam garantir a liberdade individual e a autonomia do indivíduo em relação ao Estado, portanto no liberalismo o indivíduo está à frente do estado. É levada a ideia de que a intervenção do Estado deve ser mínima para permitir que a liberdade e a iniciativa privada floresçam. Isso vai em contrapartida do absolutismo em que o Estado estava acima de todos e prevalecia sobre a vontade dos indivíduos.

O liberalismo não é uma ideologia homogeneia, mas sim um movimento múltiplo que evoluiu ao longo do tempo, adaptando-se às realidades políticas e sociais de diferentes contextos (Podemos observar isso inclusive em nossos dias). Rémond também discute as várias correntes dentro do liberalismo, como o liberalismo clássico, que prioriza a liberdade econômica e a propriedade

privada, e outras vertentes que podem incluir preocupações sociais e de justiça.

Em suma, o liberalismo, nas palavras de Rémond “desconfia profundamente do Estado e do poder”. Até por isso os liberais criam a ideia de que o poder precisa ser fracionado, esse é um fundamento dos liberais. O poder dividido mantém o equilíbrio e a neutralização.

A sociologia Liberal

O liberalismo nada mais que a expressão dos interesses de uma classe, sendo ela a classe burguesa. Os países em que o liberalismo impera, são aqueles onde existe uma burguesia importante. A corrente liberal, embora pregue a igualdade, gerou desigualdades, isto porque, o poder que eles defendem que o absolutismo não deve ter, eles entregam para os burgueses. Um exemplo muito claro disso são os cercamentos, ninguém tinha o direito de cercar os terrenos a não ser os Burgueses que de fato tinham algo a proteger.

Portanto, a filosofia liberal é um disfarce do domínio de uma classe, é uma doutrina burguesa impondo seus interesses, valores e crenças. Acaba que um liberalismo pode ser visto de duas faces, segundo Rémond. Para a direita é um movimento revolucionário, para esquerda totalmente conservador. Liberalismo é uma força dinâmica e complexa que moldou profundamente o desenvolvimento da sociedade europeia no século XIX.

Etapas do liberalismo

As etapas do liberalismo para reformas na sociedade aconteceu de forma gradual, em 1820 ele toma forma de conspiração de militares, que levaram a movimentos revolucionários, que foram combatidos. Depois, em 1830, o movimento surge em maior número, onde provocava uma maior adesão da sociedade assim criando uma força popular que conseguisse por sua vez criar verdadeira revolução, porem pós sua chegada ao poder se distanciavam do lado revolucionário e também não representava o conservadorismo, assim se tornando uma ‘terceira via’, com esse modelo surgiam formas de tornar o poder “ mais democrático” como monarquias parlamentaristas.

Resultados do liberalismo

Como dito anteriormente, o liberalismo tem, em tese, um poder mais democrático trazendo um parlamento ou até uma república, para se adequar a ideia de um estado que não está centrada na figura de um rei. Um dos resultados foi a criação de constituições, também houve uma redução de poder da igreja católica, e agora o status social é representado pelo dinheiro criando algumas

desigualdades sociais que, apesar de alguns direitos civis, infelizmente ficam mais concretas.

Vale ressaltar que estados predominantemente liberais essas desigualdades citadas, são de proporções imensas. Portanto, as políticas públicas para o futuro precisam ter uma maior abrangência social para reparar essas dissonâncias.

Bibliografia

RÉMOND, René. O Século XIX: 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1999.